

# VDB F1 Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2018 e 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e aos Acionistas da  
VDB F1 Geração de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas VDB F1 Geração de Energia S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da VDB F1 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa  
Contadora CRC RJ-100983/O-7

# VDB F1 Geração de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.769.883	1.042	15.344.934	6.391.395
Aplicações Financeiras	5	-	-	69.151	21.450.962
Contas a receber de clientes	6	-	-	24.481.850	21.617.592
Contas a receber - partes relacionadas	7.1	-	-	3.494.826	-
Adiantamentos diversos		365	366	43.076	55.365
Despesas antecipadas	8	-	-	190.930	151.810
Tributos a recuperar		42	39	177.456	148.791
Dividendos a Receber	7.2	2.409.405	4.491.271	-	-
Outros ativos		-	-	1.004	-
		<u>7.179.695</u>	<u>4.492.718</u>	<u>43.803.227</u>	<u>49.815.915</u>
<b>Não circulante</b>					
Depósitos Judiciais		-	-	-	1.004
Despesas antecipadas	8	-	-	-	106.891
Investimentos em sociedades controladas	9	176.848.373	174.112.916	-	-
Imobilizado	10	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>401.197.258</u>	<u>416.633.058</u>
		176.848.373	174.112.916	401.197.258	416.740.953
<b>Total do ativo</b>		<b><u>184.028.068</u></b>	<b><u>178.605.634</u></b>	<b><u>445.000.485</u></b>	<b><u>466.556.868</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

# VDB F1 Geração de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>					
Tributos a recolher	11	198	4	2.130.333	1.204.844
Contas a pagar	12	3.100	-	3.145.216	1.600.417
Contas a pagar - parte relacionadas	7.3	-	-	1.707.015	11.900.018
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	14.628.690	27.317.295
Empréstimos - parte relacionada	7.4	-	3.204	-	25.977.135
Dividendos a pagar	15.3	2.398.333	4.735.898	2.398.333	4.735.898
		2.401.630	4.739.106	24.009.587	72.735.607
<b>Não circulante</b>					
Provisão para IRPJ e CSLL Correntes	13	-	-	682.353	766.801
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	13	-	-	1.467.743	841.249
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	237.214.364	218.345.679
Provisão para contingências		-	-	-	1.004
		-	-	239.364.460	219.954.733
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	15	158.661.803	158.661.803	158.661.803	158.661.803
Reserva Legal	15	1.501.943	997.031	1.501.943	997.031
Dividendos adicionais propostos	15	21.402.692	14.207.694	21.402.692	14.207.694
Adiantamentos para futuro aumento de capital	15	60.000	-	60.000	-
		181.626.438	173.866.528	181.626.438	173.866.528
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>184.028.068</b>	<b>178.605.634</b>	<b>445.000.485</b>	<b>466.556.868</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

# VDB F1 Geração de Energia S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Receitas e custos operacionais</b>					
Receita líquida de vendas	16	-	-	69.288.962	37.652.023
Custo das vendas	17	-	-	(26.280.841)	(5.881.520)
<hr/>					
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43.008.121</b>	<b>31.770.503</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais	18	(44.108)	(29.935)	(6.844.068)	(4.342.336)
Participação de equivalência patrimonial	9	10.144.861	20.361.431	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos</b>		<b>10.100.754</b>	<b>20.331.496</b>	<b>36.164.053</b>	<b>(4.342.336)</b>
Despesas financeiras	19	(2.514)	(186)	(24.016.549)	(7.383.802)
Receitas financeiras	19	<u>3</u>	<u>84</u>	<u>1.386.907</u>	<u>2.174.054</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(2.511)</u>	<u>(102)</u>	<u>(22.629.642)</u>	<u>(5.209.748)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>10.098.242</u></b>	<b><u>20.331.394</u></b>	<b><u>13.534.411</u></b>	<b><u>22.218.419</u></b>
IR e CS correntes	13	-	-	(2.678.972)	(1.506.932)
IR e CS diferidos	13	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(757.197)</u>	<u>(380.093)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>10.098.242</u></b>	<b><u>20.331.394</u></b>	<b><u>10.098.242</u></b>	<b><u>20.331.394</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# VDB F1 Geração de Energia S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	10.098.242	20.331.394	10.098.242	20.331.394
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b><u>10.098.242</u></b>	<b><u>20.331.394</u></b>	<b><u>10.098.242</u></b>	<b><u>20.331.394</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# VDB F1 Geração de Energia S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período findo em 31 de dezembro de 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Capital social	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para aumento de capital	Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora e consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>158.661.803</b>	-	-	(390.771)	-	<b>158.271.032</b>
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	20.331.394	-	<b>20.331.394</b>
Destinação do lucro líquido:						
Reserva Legal	-	997.031	-	(997.031)	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(4.735.898)	-	<b>(4.735.898)</b>
Dividendos adicionais propostos	-	-	14.207.694	(14.207.694)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>158.661.803</b>	<b>997.031</b>	<b>14.207.694</b>	-	-	<b>173.866.528</b>
Adiantamento para aumento de capital	-	-	-	-	60.000	<b>60.000</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.098.242	-	<b>10.098.242</b>
Destinação do lucro líquido:						
Reserva Legal	-	504.912	-	(504.912)	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(2.398.333)	-	<b>(2.398.333)</b>
Dividendos adicionais propostos	-	-	7.194.998	(7.194.998)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>158.661.803</b>	<b>1.501.943</b>	<b>21.402.692</b>	-	<b>60.000</b>	<b>181.626.438</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# VDB F1 Geração de Energia S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>10.098.242</b>	<b>20.331.394</b>	<b>10.098.242</b>	<b>20.331.394</b>
Depreciação	-	-	17.238.567	4.772.944
Provisão de Juros	-	-	22.411.144	18.200.849
Provisão de Juros parte relacionada	625	113	780.371	1.426.138
Provisão de IOF parte relacionada	156	26	102.836	272.932
Custos Financeiros capitalizados	-	-	-	(13.007.616)
Provisões para contingências	-	-	-	1.004
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	757.197	710.546
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	2.678.972	1.214.410
Equivalência patrimonial	(10.144.861)	(20.361.431)	-	-
	<b>(45.838)</b>	<b>(29.898)</b>	<b>54.067.330</b>	<b>33.922.601</b>
<b>Variações dos Ativos e Passivos operacionais</b>				
Aplicações financeiras	-	27.384	21.381.811	63.700.664
Contas a receber de clientes	-	-	(2.864.258)	(21.617.592)
Contas a receber - parte relacionada	-	-	(3.494.826)	-
Adiantamentos	1	(365)	12.290	(16.510)
Despesas antecipadas	-	-	67.771	489.946
Tributos a recuperar	(3)	(39)	(28.665)	(148.746)
Tributos a recolher	194	(78)	925.489	97.584
Contas a pagar	3.100	-	1.544.798	(1.286.021)
Contas a pagar - parte relacionada	-	-	(10.193.003)	7.005.007
	<b>3.292</b>	<b>26.902</b>	<b>7.351.407</b>	<b>48.224.332</b>
<b>Gerado pelas operações:</b>				
IOF pagos parte relacionada	(182)	-	(375.769)	-
Provisão para contingência	-	-	(1.004)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(27)	(2.894.123)	(349.095)
<b>Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(42.728)</b>	<b>(3.023)</b>	<b>58.147.840</b>	<b>81.797.838</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado	-	-	(1.802.767)	(180.753.442)
Dividendos recebidos	9.491.269	-	-	-
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>9.491.269</b>	<b>-</b>	<b>(1.802.767)</b>	<b>(180.753.442)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Dividendos pagos	(4.735.898)	-	(4.735.898)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	60.000	-	60.000	-
Recursos provenientes de empréstimos com parte relacionada	12.864	3.064	12.864	24.278.064
Pagamento de empréstimos com parte relacionada	(15.928)	-	(24.290.928)	-
Pagamento de juros com empréstimos com parte relacionada	(738)	-	(2.206.509)	-
Amortização de principal	-	-	(8.287.066)	-
Recursos provenientes de empréstimos	-	-	2.098.044	82.363.000
Liquidação de juros de empréstimos	-	-	(10.797.187)	-
Custos de transações dos empréstimos	-	-	755.146	(1.295.069)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(4.679.700)</b>	<b>3.064</b>	<b>(47.391.534)</b>	<b>105.345.995</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.768.841</b>	<b>41</b>	<b>8.953.539</b>	<b>6.390.391</b>
<b>Varição do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	1.042	1.001	6.391.395	1.004
No final do exercício	4.769.883	1.042	15.344.934	6.391.395
	<b>4.768.841</b>	<b>41</b>	<b>8.953.539</b>	<b>6.390.391</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

### 1 Contexto operacional

A VDB F1 Geração de Energia SA ("VDB F1 ou Sociedade") é uma sociedade anônima, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 17º andar, parte, Centro - constituída em 17 de maio de 2016.

A sociedade tem por objeto a participação em sociedades cujos objetos sociais sejam as atividades de geração e comercialização de energia elétrica de origem e natureza eólica.

Em 2 de agosto de 2016, conforme aprovado na AGE de Incorporação, foram incorporadas as ações das empresas Parque Eólico Alto do Bonito S.A., Parque Eólico Boavista S.A. e Parque Eólico Colina S.A. através do aumento do capital da VDB F1 Geração de Energia S.A.

As controladas da sociedade entraram completamente em operação comercial ao longo do mês de setembro de 2017, conforme descrito abaixo:

- Alto do Bonito: a partir do dia 21 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.063, de 20 de setembro de 2017.
- Boa Vista: a partir do dia 21 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.065, de 20 de setembro de 2017.
- Colina: a partir do dia 21 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.064, de 20 de setembro de 2017.

#### 1.1 Da autorização

A primeira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Ventos da Bahia Fase I, está localizada na chapada Diamantina e a autorização para exploração foi adquirida no leilão A-5, realizado pela ANEEL em Dezembro de 2013, conforme estabelecido na portarias MME nº 234 de 09 de julho de 2013. Foram vendidos no leilão 66 MW ao preço médio de R\$ 119,69/MWh produzido (data base dezembro 2013). Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas três novas empresas (Parque Eólico Alto do Bonito, Parque Eólico Boa Vista e Parque Eólico Colina) que representam os parques eólicos que produzem os 66 MW contratados.

A entrada em operação dos parques ocorreu em setembro de 2017, atendendo as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA) e respeitando os percentuais de participações no consórcio vencedor, VDB F1, conforme descrição abaixo:

<b>Empresas constituídas</b>	<b>Capacidade</b>
Parque Eólico Alto do Bonito S.A.	27 MW
Parque Eólico Boa Vista S.A.	27 MW
Parque Eólico Colina S.A.	12 MW
	<hr/>
	66 MW

No dia 25 de agosto de 2014, a controlada Parque Eólico Alto do Bonito S.A. obteve, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas. Já a obtenção das outorgas para os Parques Eólicos Boa Vista S.A. e Colina S.A., ocorreu em 9 de setembro de 2014, nas mesmas condições.

A contabilização da energia gerada pelas controladas ocorre de forma mensal.

Para os contratos de PPA, a cada 4 anos, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Sociedade, podendo ocorrer redução da garantia física, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato. Anualmente é também realizada prévia do encontro de contas e realizados os devidos ajustes.

Para os contratos fechados no mercado livre, a contabilização é realizada mensalmente e, havendo desvios negativos, as diferenças são liquidadas no mercado de curto prazo, a PLD.

As principais características dos projetos estão destacadas abaixo:

- a. Planta eólica composta por três subparques, sendo Alto do Bonito e Boa Vista com 27 MW cada e Colina com 12 MW instalados;
- b. Rede de Média Tensão aérea de 34,5 kV;
- c. Subestação Coletora Ventos da Bahia I em 34,5/138 kV;
- d. Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 23 km, interligando a Subestação Coletora Ventos da Bahia I à Subestação Bonito;
- e. Bay de Conexão na Subestação Bonito em 138/13,8 kV.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de maio de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.13.

## 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

## 2.3 Base de Consolidação

### *Controladas*

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

### *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.4 Conversão de moeda estrangeira

### *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

## 2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) **Provisão para desmobilização**

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazo superior ao prazo contratual estabelecido.

(ii) **Provisões para contingências judiciais**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A Sociedade não tem nenhuma contingência judicial reconhecida nessas demonstrações financeiras.

### **3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **3.1 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

#### **3.2 Instrumentos financeiros**

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e dividendos a receber.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### *Caixa e equivalente de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

#### *Aplicações financeiras*

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

#### **(ii) Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos mútuos com partes relacionada e empréstimos com o BNDES.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

### **3.3 Contas a receber**

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada, a partir do momento da entrada efetiva em operação. Os montantes são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável).

### **3.4 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 / IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

### **3.5 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)**

#### **(i) Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### **(ii) Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

### **3.6 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

### **3.7 Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### **3.8 Contas a pagar**

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

### 3.9 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

### 3.10 Reconhecimento de receita

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

#### a. *Receita de geração de energia*

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

#### b. *Receita de geração de energia em fase de teste*

A receita da fase de teste é registrada antes do período comercial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal, publicado pela CCEE. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

#### c. *Receita de juros*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros sobre o montante do principal em aberto.

### 3.11 Tributos

Em 2018, a Sociedade apurou o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelas normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

#### *Tributos correntes*

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do período. Não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2018.

### ***Tributos diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. Considerando que a Administração resolveu alterar o regime de tributação para o lucro presumido em 2018 e face a Sociedade não apresentar histórico de lucratividade, o cálculo dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais e as bases temporárias não foi registrado em 2018.

As suas controladas apuram o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, em geral acrescido das demais receitas, pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, em geral acrescida das demais receitas, pela alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de caixa, ver nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

Os tributos diferidos são reconhecidos pelos saldos a receber de clientes e/ou outro valor tributável que não fora recebido até a data da apuração.

## **3.12 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018**

### ***a. CPC 48 Instrumentos Financeiros***

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

#### ***(i) Classificação dos ativos e passivos financeiros***

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos, quando contratados.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Conforme mencionado, a Sociedade não identificou impactos representativos que trouxessem alteração na apresentação dos instrumentos financeiros:

Conta	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Controladora		Consolidado	
			Valor Contábil CPC 38	Novo Valor Contábil CPC 48	Valor Contábil CPC 38	Novo Valor Contábil CPC 48
<b>Ativos financeiros</b>						
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	-	-	21.617.592	21.617.592
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	1.042	1.042	6.391.395	6.391.395
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	-	-	21.450.962	21.450.962
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>1.042</b>	<b>1.042</b>	<b>49.459.949</b>	<b>49.459.949</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	-	-	1.600.417	1.600.417
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	-	-	11.900.018	11.900.018
Empréstimos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	-	-	27.317.295	27.317.295
Empréstimos com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	3.204	3.204	25.977.135	25.977.135
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>3.204</b>	<b>3.204</b>	<b>66.794.865</b>	<b>66.794.865</b>

A Sociedade optou por não apresentar a reconciliação dos valores entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 em função de não ter identificados impactos relevantes, inclusive na avaliação do modelo de perdas esperadas, uma vez que entende que a regulação efetuada pelos órgãos de mercado mantém o equilíbrio econômico do negócio.

**b. CPC 47 Receita de Contratos com Clientes**

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, e entrou vigor em janeiro de 2018 em substituição ao CPC 17 - “Contratos de Construção” e ao CPC 30 - “Receitas”, como demais interpretações.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração do valor e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Sociedade tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A adoção as alterações introduzidas pela nova norma não trouxe impactos para a Sociedade em relação à época para o reconhecimento da receita, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A Administração ressalta que, considerando a natureza de suas operações de venda, na qual as obrigações de desempenho são transparentes e objetivas e a transferência do controle dos bens é realizada mediante a responsabilidade que é transferida ao comprador, já adotava a prática de

reconhecer as vendas de forma que a receita representasse o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

De acordo com os requerimentos da norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventos de contraprestação variável, tais como descontos eventuais, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho ou ainda penalidades aplicáveis que, de acordo com a norma, devem ser classificados como contraprestação variável. A Administração do Grupo avaliou sua estrutura de apuração e apresentação de receita e o principal efeito identificado na apresentação do resultado é sobre as penalidades aplicadas por baixa geração de energia, contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional, conforme disposto na nota explicativa nº 17 - Receita Operacional. Cabe destacar que com a mudança acima descrita, não provocou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018 em função de a Sociedade não ter incorrido em nenhuma penalidade.

### **3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, a Sociedade não espera que tenham impacto significativo em suas Demonstrações Financeiras e ainda continua avaliando os potenciais impactos, se existirem, referentes a adoção do CPC 06 (R2).

#### **(i) CPC 06 (R2) - arrendamentos**

A Sociedade deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Sociedade continua avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- o Grupo não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

#### **(ii) Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas (CPC).
- CPC11 Contratos de Seguros

#### **4 Caixa e equivalente de caixa**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bancos	4.769.883	1.042	15.344.934	6.391.395
<b>Total</b>	4.769.883	1.042	15.344.934	6.391.395

#### **5 Aplicações financeiras**

Os saldos de aplicações financeiras são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras	-	-	69.151	21.450.962
	-	-	69.151	21.450.962

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2018, sobre o DI CETIP ("CDI") de 96,26% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

## 6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	24.481.850	15.592.977
CPFL Brasil	-	-	-	6.024.615
<b>Total</b>	-	-	<b>24.481.850</b>	<b>21.617.592</b>

A Sociedade constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e medida através de relatório de medição mensal. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2018. Além disso, não há histórico ou expectativas futuras de perdas com as contas a receber da Sociedade e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas incorridas) e avaliação de perdas de crédito esperadas.

## 7 Transações com partes relacionadas

### 7.1 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Sowitec Development	-	-	3.494.826	-
<b>Total</b>	-	-	<b>3.494.826</b>	-

### 7.2 Dividendos a receber

Os dividendos da Sociedade são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Sociedade poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

Os saldos de dividendos a receber são demonstrados a seguir:

	Alto do Bonito	Boa Vista	Colina	Total
<b>Lucro líquido do exercício</b>	5.099.352	3.684.815	1.360.694	<b>10.144.861</b>
<b>Base para a constituição de reserva legal</b>	<b>5.099.352</b>	<b>3.684.815</b>	<b>1.360.694</b>	<b>10.144.861</b>
(-) Constituição de reserva legal	(254.968)	(184.241)	(68.035)	(507.243)
<b>(=) Base para a distribuição dos dividendos</b>	<b>4.844.384</b>	<b>3.500.575</b>	<b>1.292.659</b>	<b>9.637.618</b>
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	1.211.096	875.144	323.165	2.409.405
(=) Dividendos adicionais propostos	3.633.288	2.625.431	969.494	7.228.214

### 7.3 Contas a pagar – partes relacionadas

Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado o contrato entre a EDF EM e empresas da fase 1 (Parque Eólico Alto do Bonito, Parque Eólico Boa Vista, Parque Eólico Colina) referente ao repasse dos custos necessários para desenvolvimento e construção do parque eólico. O rateio de despesas é proporcional à capacidade eólica de cada parte. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referente as despesas de rateio da EDF EM, estão demonstrados no quadro abaixo e com estimativa de liquidação para 2019. O valor abaixo é rateado em 40,91% para a as controladas Alto do Bonito e Boa Vista e, 18,18% para Colina.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	-	-	1.707.015	11.900.018
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.707.015</b>	<b>11.900.018</b>

### 7.4 Contrato de mútuo

Os valores referem-se a capital de giro custeados pela EDF EN do Brasil Participações Ltda. O montante principal era atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%. O mútuo foi liquidado integralmente no exercício de 2018.

	Saldo em 31/12/2017	Aquisição	Juros Apropriados	IOF Apropriados	Liquidação Principal	Liquidação de Juros	Liquidação de IOF	Saldo em 31/12/2018
Vdb FI Ger. de Energia S/A (holding)	3.204	12.864	625	156	(15.928)	(738)	(182)	-
Parque Eólico Alto do Bonito S/A	15.329.824	-	421.499	55.517	(14.275.000)	(1.309.510)	(222.330)	-
Parque Eólico Boa Vista S/A	5.906.008	-	168.851	22.410	(5.500.000)	(510.634)	(86.634)	-
Parque Eólico Colina S/A	4.738.100	-	189.397	24.752	(4.500.000)	(385.626)	(66.622)	-
	<b>25.977.135</b>	<b>12.864</b>	<b>780.371</b>	<b>102.836</b>	<b>(24.290.928)</b>	<b>(2.206.509)</b>	<b>(375.769)</b>	-

### *Remuneração do pessoal chave da administração*

Não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2018 e em 2017.

## 8 Despesas Antecipadas

Os valores de despesas antecipadas referem-se aos seguros contraídos junto a Swiss RE Corporate Solution Brasil Seguros com vigência de 30/06/16 até 15/09/17, sendo que o seguro de Engenharia tem o período de vigência de 30/06/16 até 15/09/19. Segue abaixo o demonstrativo:

	<b>Prêmio</b>	<b>Importância Segurada</b>
Risco de Engenharia	487.455	21.302.937
<b>Total</b>	<b>487.455</b>	<b>21.302.937</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Administrativas - seguros	-	-	190.930	258.701
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>190.930</b>	<b>258.701</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>190.930</b>	<b>151.810</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>106.891</b>

## 9 Investimentos em controladas

Os saldos dos investimentos por sociedade controlada são:

	<b>Alto do Bonito</b>	<b>Boa Vista</b>	<b>Colina</b>	<b>Total</b>
Patrimônio da investida	75.728.592	68.526.691	32.593.090	<b>176.848.373</b>
Percentual de investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Saldo do investimento</b>	<b>75.728.592</b>	<b>68.526.691</b>	<b>32.593.090</b>	<b>176.848.373</b>

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento nos exercícios, conforme segue:

	<b>Alto do Bonito</b>	<b>Boa Vista</b>	<b>Colina</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	65.143.598	64.298.552	28.800.606	<b>158.242.756</b>
Equivalencia patrimonial	8.602.892	8.261.196	3.497.343	<b>20.361.431</b>
Dividendos a distribuir (i)	(1.906.154)	(1.842.729)	(742.388)	<b>(4.491.271)</b>
<b>Investimento em 31/12/2017</b>	<b>71.840.336</b>	<b>70.717.019</b>	<b>31.555.561</b>	<b>174.112.916</b>

	<b>Alto do Bonito</b>	<b>Boa Vista</b>	<b>Colina</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	71.840.336	70.717.019	31.555.561	<b>174.112.916</b>
Equivalencia patrimonial	5.099.352	3.684.815	1.360.694	<b>10.144.861</b>
Dividendos a distribuir (i)	(1.211.096)	(875.144)	(323.165)	<b>(2.409.405)</b>
Dividendos pagos	-	(5.000.000)	-	<b>(5.000.000)</b>
<b>Investimento em 31/12/2018</b>	<b>75.728.592</b>	<b>68.526.691</b>	<b>32.593.090</b>	<b>176.848.373</b>

- (i) Conforme definido no estatuto da Sociedade, do saldo do lucro líquido do exercício das controladoras, obtido após a dedução de prejuízos acumulados e da reserva legal, destinou-se no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas, conforme artigo 202 da Lei 6.404/76. O pagamento é feito com base em determinação feita por Assembléia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria.

Apresentamos abaixo as principais informações financeiras das entidades controladas:

	<b>Alto do Bonito</b>	<b>Boa Vista</b>	<b>Colina</b>	<b>Total</b>
Ativos circulantes	19.694.237	17.605.038	6.456.090	<b>43.755.365</b>
Ativos não circulantes	163.698.059	159.951.446	74.028.163	<b>397.677.668</b>
Passivos circulantes	10.620.786	11.983.783	4.765.726	<b>27.370.295</b>
Passivos não circulantes	97.042.917	97.046.011	43.125.437	<b>237.214.365</b>
Patrimônio Líquido	75.728.592	68.526.691	32.593.090	<b>176.848.373</b>
Resultado	5.099.352	3.684.815	1.360.694	<b>10.144.861</b>

## 10 Imobilizado

A composição do imobilizado consolidado é demonstrada abaixo

	<b>2018</b>					
	<b>Taxa anual de deprec. %</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Adição</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	
Torres anemométricas	20%	-	-	-	-	
Móveis e utensílios	10%	20.434	-	-	20.434	
Equipamentos de informática	20%	3.063	-	-	3.063	
Aero geradores eólicos (i)	4%	416.609.561	1.802.767	(17.238.567)	401.173.761	
<b>Total</b>		<b>416.633.058</b>	<b>1.802.767</b>	<b>(17.238.567)</b>	<b>401.197.258</b>	
Custo		421.314.216	-	-	423.116.983	
Deprec. acum.		(4.681.158)	-	-	(21.919.725)	
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>416.633.058</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>401.197.258</b>	
	<b>2017</b>					
	<b>Taxa anual de deprec. %</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Torres anemométricas	20%	513.701	-	(421.913)	(91.788)	-
Móveis e utensílios	10%	-	20.480	-	(46)	20.434
Equipamentos de informática	20%	-	3.169	-	(106)	3.063
Aero geradores eólicos (i)	4%	-	-	421.290.567	(4.681.006)	416.609.561
Adiantamento para aquisição de imobilizado (ii)	-	176.613.179	105.930.952	(282.544.131)	-	-
Capitalizações resultado financeiro (iii)	-	325.202	13.007.616	(13.332.818)	-	-
Capitalizações de resultados operacionais (iv)	-	-	(10.443.374)	10.443.374	-	-
Instalações em construção (v)	-	50.192.864	85.242.215	(135.435.079)	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>227.644.946</b>	<b>193.761.058</b>	<b>-</b>	<b>(4.772.946)</b>	<b>416.633.058</b>
Custo	-	227.766.455	-	-	-	421.314.216
Deprec. acum.	-	(121.509)	-	-	-	(4.681.158)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>-</b>	<b>227.644.946</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>416.633.058</b>

- (i) Aero geradores eólicos  
Com o início da operação comercial da Sociedade e de suas controladoras, a construção dos aero geradores foi finalizada. O montante anteriormente era classificado como instalações em construção, adiantamentos para aquisição de imobilizado e capitalização de custos dos empréstimos.
- (ii) Adiantamento para aquisição de imobilizado  
As adições durante ao ano de 2017 referem-se a gastos incorridos e adiantados a fornecedores para a implantação do projeto eólico, preparação da usina e aquisição das turbinas, Com o termino da construção, o montante foi totalmente capitalizado, transferindo o seu saldo para a conta de aero geradores eólicos. O principal fornecedor da rubrica adiantamento é a Acciona Windpower Brasil - Comércio Indústria de Equipamentos Eólicos Ltda.

- (iii) **Resultados financeiros**  
O montante demonstrado em capitalizações financeiras é composto de juros, IOF, comissões e despesas com serviços financeiros, todos diretamente atribuíveis a aquisição ou construção do ativo qualificável em questão. A capitalização cessou no instante em que as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para seu uso foram concluída. O montante capitalizado de R\$ 13.007.616 é baseado nos parágrafos 5 e 6 do CPC 20.
- (iv) **Resultados operacionais**  
O montante de R\$ 10.443.374 é composto pela geração de energia no período de testes da usina. Tal prática é preconizada pelo item (e) do parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.
- (v) **Instalações em construção**  
O montante demonstrado em Instalações em construções, refere-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção do parque eólico e que são necessários para colocar o ativo no local e condição.

## 11 Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributos Federais	198	4	2.130.333	1.204.844
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>4</b>	<b>2.130.333</b>	<b>1.204.844</b>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

## 12 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Penalidade por baixa geração	-	-	1.214.341	-
Nordex energy brasil	-	-	1.402.479	-
Comerc energia Ltda	-	-	528.396	-
Acciona Windpower Brasil Ltda	-	-	-	958.519
Briskcom	-	-	-	10.227
Cotesa	-	-	-	72.273
Eletric	-	-	-	22.153
Seta construções	-	-	-	62.686
Outros	-	-	-	474.559
Cabrera Consultoria Contabil e Tributaria	3.100	-	-	-
	<b>3.100</b>	<b>-</b>	<b>3.145.216</b>	<b>1.600.417</b>

O ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 dias.

### 13 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade apura o resultado pelo lucro real enquanto suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

Segue abaixo a composição dos valores a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contribuição Social	-	-	788.742	565.335
Impostos de Renda	-	-	1.361.354	1.042.715
<b>Total</b>	-	-	<b>2.150.096</b>	<b>1.608.050</b>
<b>Impostos correntes</b>	-	-	<b>682.353</b>	<b>766.801</b>
<b>Impostos diferidos</b>	-	-	<b>1.467.743</b>	<b>841.249</b>

Considerando que a Sociedade não apresentou IRPJ e CSLL devidos no exercício de 2018, apresentaremos a abaixo o cálculo consolidado de suas controladas.

#### (i) Impostos Correntes

	2018	2017
<b>Receitas operacionais + outras receitas tributáveis</b>		
Receitas de vendas	70.951.620	28.334.621
Base presumida para o IRPJ (8%)	5.676.130	2.266.772
Base presumida para a CSLL (12%)	8.514.194	3.400.155
Rendimentos de aplicações renda fixa/variável	710.330	1.950.515
Descontos/Juros	430.972	-
Demais receitas e ganhos de capital	522.404	89.353
Base de cálculo do imposto de renda	7.339.836	4.306.637
Base de cálculo da contribuição social	10.177.900	5.440.022
Alíquota do Imposto de Renda - 15%	1.100.975	645.994
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	661.984	371.336
Alíquota da Contribuição Social - 9%	916.011	489.602
Total de Imposto de Renda Corrente	1.762.960	1.017.330
Total de Contribuição Social Corrente	916.012	489.602
<b>Total de Impostos Correntes</b>	<b>2.678.972</b>	<b>1.506.932</b>

#### (ii) Impostos Diferidos

	2018	2017
<b>Receitas operacionais + outras receitas tributáveis</b>		
Base de cálculo para os tributos diferidos		
Receita de geração de energia à receber	24.584.303	10.743.757
Base presumida para o IRPJ (8%)	1.966.744	859.531
Base presumida para a CSLL (12%)	2.950.116	1.289.251
Juros a receber - CCEE	0	144.664
Base de cálculo do imposto de renda	1.966.744	1.004.164
Base de cálculo da contribuição social	2.950.116	1.433.915
Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%)	295.012	150.626

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%)	196.674	100.416
Cálculo da CSLL (alíquota de 9%)	265.510	129.051
Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido	491.686	251.042
Total de Contribuição Social Diferida	265.510	129.051
<b>Total de Impostos Diferidos</b>	<b>757.197</b>	<b>380.093</b>

## 14 Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017
Principal BNDES FINEM	R\$	TJLP+2,45 %	10,36%	2018 a 2034	242.898.491	231.961.000
Juros		-	-	-	13.482.312	18.493.111
Custos de captação		-	-	-	(4.537.749)	(4.791.137)
		-	-	-	<b>251.843.054</b>	<b>245.662.974</b>
Passivo circulante		-	-	-	14.628.690	27.317.295
Passivo não circulante		-	-	-	237.214.364	218.345.679

A movimentação do empréstimo segue abaixo:

	Alto do Bonito	Boa Vista	Colina	Total
Principal BNDES FINEM	92.361.131	104.219.094	46.318.267	242.898.491
Juros	12.522.467	664.504	295.341	13.482.312
Custos de captação	(1.857.744)	(1.854.650)	(825.355)	(4.537.749)
<b>Total</b>	<b>103.025.854</b>	<b>103.028.948</b>	<b>45.788.252</b>	<b>251.843.054</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.982.937</b>	<b>5.982.937</b>	<b>2.662.815</b>	<b>14.628.690</b>
<b>Não circulante</b>	<b>97.042.917</b>	<b>97.046.011</b>	<b>43.125.437</b>	<b>237.214.364</b>

### a. SPEs VDB F1 Geração de Energia

O saldo de empréstimos encontra-se apresentado abaixo:

Em 06 de outubro de 2016, as Sociedades controladas assinaram contrato de financiamento, mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 235.170.000, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2018 em um montante total de R\$ 234.059.043. O objetivo desta captação foi a implantação (construção) dos parques eólicos Alto do Bonito, Boa Vista e Colina. Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,45% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência, em 15 de junho de 2018. O valor do principal será amortizado em 192 prestações mensais, com início em 16 de julho de 2018, até 15 de junho de 2034.

A movimentação do saldo consolidado, aberto por controlada, é conforme segue:

	<b>Alto do Bonito</b>	<b>Boa Vista</b>	<b>Colina</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo inicial - 31/12/2017</b>	100.493.984	100.497.278	44.671.712	245.662.974
(+) Aquisição Principal	837.000	837.000	424.044	2.098.044
(+) Juros Apropriados	9.373.263	9.024.578	4.013.303	22.411.144
(-) Amortização Juros	(4.416.672)	(4.416.672)	(1.963.843)	(10.797.187)
(-) Amortização Principal	(3.365.869)	(3.365.869)	(1.555.328)	(8.287.066)
(-) Custo a amortizar	104.148	452.633	198.365	755.146
<b>Saldo Final - 31/12/2018</b>	<b><u>103.025.854</u></b>	<b><u>103.028.948</u></b>	<b><u>45.788.252</u></b>	<b><u>251.843.054</u></b>

### **Garantias**

Esse financiamento conta com garantia corporativa, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios.

### **Covenants**

A partir de 2019, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o ICSD (Índice de Cobertura da Dívida) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,20, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados.

## **15 Patrimônio líquido**

### **15.1 Capital social**

O capital social no valor de R\$ 158.601.803 (igual em 31 de dezembro de 2017), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 158.601.803 (igual em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<u>Controladora e Consolidado</u>		<u>Controladora e Consolidado</u>	
	%	2018	%	2017
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100	158.661.803	100	158.661.803
	<b><u>100</u></b>	<b><u>158.661.803</u></b>	<b><u>100</u></b>	<b><u>158.661.803</u></b>

### **Resultado do exercício**

A Sociedade registrou lucro líquido no montante de R\$ 10.098.242 em 31 de dezembro de 2018 (lucro de R\$ 20.331.394 em 31 de dezembro de 2017).

### **15.2 Reserva legal**

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social.

### **15.3 Dividendos a pagar**

Os dividendos da Sociedade são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Sociedade poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

<b>Lucro líquido/(prejuízos) do exercício</b>	<b>10.098.242</b>
(-) Prejuízo acumulados anteriores	<u>-</u>
<b>Base para a constituição de reserva legal</b>	<b>10.098.242</b>
(-) Constituição de reserva legal	(504.912)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	9.593.330
Dividendos mínimos obrigatórios	2.398.333
Dividendos adicionais propostos	7.194.998

#### 15.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando reclassificado para o passivo. O valor apurado em 31 de dezembro de 2018 está demonstrado no item 15.3.

#### 15.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos em questão, no valor de R\$ 60.000, são irreversíveis e irrevogáveis e, portanto, não são passíveis de devolução, além de terem quantidade de quotas de integralização definidas. O propósito dos adiantamentos é aumentar o capital da entidade ao longo do exercício de 2019, mediante alteração contratual aprovada em assembleia por deliberação da Diretoria.

### 16 Receitas de vendas

A composição das receitas de vendas é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Geração de energia</b>				
Receita de vendas	-	-	73.990.364	39.078.431
(-) Penalidade por baixa geração	-	-	(1.214.341)	-
<b>Receita bruta</b>	-	-	<b>72.776.023</b>	<b>39.078.431</b>
<b>(-) Deduções da receita bruta</b>				
PIS	-	-	(620.984)	(254.018)
COFINS	-	-	(2.866.078)	(1.172.390)
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	-	-	<b>(3.487.061)</b>	<b>(1.426.408)</b>
<b>Total da receita líquida</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u><b>69.288.962</b></u>	<u><b>37.652.023</b></u>

### 17 Custos das vendas por natureza

A composição dos custos das vendas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Custos operacionais</b>				
Seguros	-	-	(569.676)	(80.845)
Locação de equipamentos	-	-	-	(60.315)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ajustes na conta da CCEE	-	-	-	(106)
Arrendamentos operacionais	-	-	(626.336)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.196.012)</u>	<u>(141.266)</u>
<b>Impostos e taxas</b>				
TUSD	-	-	(5.105.959)	(748.735)
Taxa de regulamentação	-	-	(176.195)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.282.154)</u>	<u>(748.735)</u>
<b>Serviços prestados</b>				
Serviço com manutenção	-	-	(2.145.771)	(176.748)
Serviços de Assessoria	-	-	(363.628)	-
Serviços de telecomunicações	-	-	-	(31.057)
Serviços de comercialização	-	-	-	(13.500)
Outros Serviços	-	-	(54.709)	(89.208)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.564.108)</u>	<u>(310.513)</u>
<b>Depreciação</b>				
Custo com depreciação	-	-	(17.238.567)	(4.681.006)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.238.567)</u>	<u>(4.681.006)</u>
<b>Total dos custos de vendas</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.280.841)</u>	<u>(5.881.520)</u>

## 18 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas operacionais por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Despesas administrativas</b>				
Condução/Locomoção	-	-	(540)	(50)
Energia, telefone e internet	-	-	-	(6.273)
Cópias e reproduções	-	-	(400)	(109)
Despesas Legais	(2.620)	(2.758)	(80.880)	(83.130)
Despesas com publicações	-	-	-	-
Correios	-	-	-	(23)
Contribuições a associações	-	-	(7.269)	-
Propaganda e Publicidade	(9.522)	-	(80.513)	-
Material de Limpeza	-	-	(40.741)	-
Outras	-	(630)	(93.651)	(6.892)
	<u>(12.142)</u>	<u>(3.388)</u>	<u>(303.994)</u>	<u>(96.477)</u>
<b>Impostos e taxas</b>				
IOF	-	-	(4)	-
Outros impostos e taxas	(675)	-	(726.453)	(5.406)
PIS e COFINS	-	(4)	(8.817)	(4)
Contribuição associativa	-	-	-	(704)
	<u>(675)</u>	<u>(4)</u>	<u>(735.274)</u>	<u>(6.114)</u>

**VDB FI Geração de Energia S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Despesas com serviços prestados</b>				
Honorários de Contadores	(6.293)	(10.981)	(357.966)	(345.217)
Honorários de Consultores	-	-	(363.628)	(1.470)
Honorários de Auditores	(17.784)	(7.384)	(87.817)	(72.998)
Honorários de Advogados	(5.213)	(5.763)	(65.345)	(66.665)
Serviços Legais e Judiciais	-	-	(191.858)	-
Serviços financeiros	-	-	-	(388.604)
Publicidade	-	(1.786)	-	(53.764)
Outros Serviços	(2.000)	(629)	(128.928)	(12.763)
	<u>(31.290)</u>	<u>(26.543)</u>	<u>(1.195.542)</u>	<u>(941.481)</u>
<b>Depreciação</b>				
Despesas com depreciação	-	-	-	(91.938)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(91.938)</u>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>				
Bens permanentes	-	-	-	(1.251)
Provisão para contingência	-	-	-	(1.004)
Perdão de dívida	-	-	-	48.637
Outras receitas	-	-	273.207	-
Ajustes na conta da CCEE	-	-	-	1.738
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>273.207</u>	<u>48.120</u>
<b>Rateio de despesas</b>				
Salários	-	-	(1.196.034)	(1.566.455)
Previdência social	-	-	(621.287)	(607.486)
Outros custos com pessoal	-	-	-	(784.164)
Outros serviços	-	-	(1.270.669)	(691.141)
Aluguel	-	-	(271.087)	(578.496)
Seguros	-	-	(1.188)	(13.717)
Despesas legais	-	-	-	(1.111.422)
Viagens e estadias	-	-	(120.301)	(355.209)
Serviços prestados pelo exterior	-	-	(989.785)	(1.009.474)
Outros custos	-	-	(412.113)	(76.683)
Garantias	-	-	-	(210.760)
Capitalização de despesas	-	-	-	3.750.561
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.882.466)</u>	<u>(3.254.446)</u>
<b>Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais</b>	<u><b>(44.108)</b></u>	<u><b>(29.935)</b></u>	<u><b>(6.844.068)</b></u>	<u><b>(4.342.336)</b></u>

## 19 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicações financeiras	1	84	710.331	1.950.598
Desconto	-	-	353.360	-
Juros	2	-	323.216	183.900
Variação cambial	-	-	-	39.556
	<b>3</b>	<b>84</b>	<b>1.386.907</b>	<b>2.174.054</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros	(548)	-	(1.884.371)	(6.220.135)
Juros de empréstimos	-	-	(21.653.298)	-
Despesas bancárias	(1.733)	(44)	(149.317)	(10.007)
Variação cambial passiva	-	-	-	(95.238)
Encargos sobre pagamento em atraso	-	(1)	-	(45.329)
Despesas com IOF	(233)	(28)	(152.101)	8.425
Juros s/ mutuo	-	(113)	-	(805.521)
Custos com empréstimos	-	-	(177.463)	(215.997)
	<b>(2.514)</b>	<b>(186)</b>	<b>(24.016.549)</b>	<b>(7.383.802)</b>
<b>Resultado Financeiro líquido</b>	<b>(2.511)</b>	<b>(102)</b>	<b>(22.629.642)</b>	<b>(5.209.748)</b>

## 20 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	69.151	21.450.962
Aplicações financeiras					
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	-	-	24.481.850	21.617.592
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	2.409.405	4.491.271	2.409.405	-
<b>Passivos</b>					
	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	3.100	-	3.145.216	1.600.417
Contas a pagar					
Contas a pagar - partes relacionadas	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	-	2.909.853	11.900.018
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros mensurados pelo valor justo	-	-	14.628.690	245.662.974
	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	3.204	-	25.977.135
Contrato de mútuo - partes relacionadas					
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	2.398.333	4.735.898	4.807.737	4.735.898

### a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

		2018	2017	2018	2017
	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	69.151	21.450.962
Aplicações financeiras					
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	-	-	24.481.850	21.617.592
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	2.409.405	4.491.271	2.409.405	-
		<u>2.409.405</u>	<u>4.491.271</u>	<u>26.960.406</u>	<u>43.068.554</u>

**b. Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**c. Risco de câmbio**

Esses riscos são provenientes das oscilações das taxas de câmbio. A Sociedade não possui contas a pagar com partes relacionadas em moeda estrangeira.

**d. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	<b>Controladora 2018</b>		<b>Consolidado 2018</b>	
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 2 anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 2 anos</b>
Contas a pagar	3.100	-	3.145.216	-
Contas a pagar com partes Relacionadas	-	-	2.909.853	-
Dividendos a pagar	2.398.333	-	4.807.737	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	14.628.690	237.214.364
	<u>2.401.432</u>	<u>-</u>	<u>25.491.497</u>	<u>237.214.364</u>
	<b>Controladora 2017</b>		<b>Consolidado 2017</b>	
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 2 anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 2 anos</b>
Contas a pagar	-	-	1.600.417	-
Contas a pagar com partes Relacionadas	-	-	11.900.018	-
Dividendos a pagar	4.735.898	-	4.735.898	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	27.317.295	-
Contrato de mútuo - parte relacionada	3.204	-	25.977.135	-
	<u>4.739.102</u>	<u>-</u>	<u>71.530.763</u>	<u>-</u>

**e. Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

**f. Gestão de capital**

A Sociedade obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

***Análise de sensibilidade***

Os riscos atrelados às operações da Sociedade estão ligados à variação da TJLP e aos juros de mútuo. Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos aos quais a Sociedade estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes.

Com base no banco oficial, BNDES, foi obtida a taxa TJLP, cuja taxa inicial para 2018 é de 7,3%, sendo este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% (possível) e 50%. (Remoto):

<b>Operação</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II (Possível)</b>	<b>Cenário III (Remoto)</b>
Passivos financeiros						
BNDES FINEM	256.380.803	231.961.000	TJLP	22.784.364	26.302.530	29.374.500

## 21 Compromissos assumidos

A Sociedade possui os seguintes principais compromissos assumidos:

### a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	Boa vista	Alto do Bonito	Colina
2018	Volume MWh	75.839	74.663	31.159
	Preço ICB (R\$/MWh)	<u>119,38</u>	<u>119,622</u>	<u>120,08</u>
	<b>Total (R\$ Mil)</b>	<b><u>9.053,66</u></b>	<b><u>8.931,34</u></b>	<b><u>3.741,57</u></b>
2019	Volume MWh	113.004	111.252	46.428
	Preço ICB (R\$/MWh)	<u>119,38</u>	<u>119,622</u>	<u>120,08</u>
	<b>Total (R\$ Mil)</b>	<b><u>13.490,42</u></b>	<b><u>13.308,18</u></b>	<b><u>5.575,07</u></b>
Após 2020	Volume MWh	113.004	111.252	46.428
	Preço ICB (R\$/MWh)	<u>119,38</u>	<u>119,622</u>	<u>120,08</u>
	<b>Total (R\$ Mil)</b>	<b><u>13.490,42</u></b>	<b><u>13.308,18</u></b>	<b><u>5.575,07</u></b>

### b. Compromissos - Garantias

A Sociedade contratou as seguintes garantias exigidas pela ANEEL e previstas no edital de licitação do leilão A-5 realizado pela ANEEL em 13 de dezembro de 2013.

<b>Banco/Vencimento</b>	<b>10/04/2015 - 15/09/2018</b>
DEUTSCHE BANK - Fiança bancária	5.702.327
<b>Total BOA VISTA</b>	<b>5.702.327</b>
<b>Banco/Vencimento</b>	<b>10/04/2015 - 15/09/2018</b>
DEUTSCHE BANK - Fiança bancária	2.243.758
<b>Total COLINA</b>	<b>2.243.758</b>
<b>Banco/Vencimento</b>	<b>10/04/2015 - 15/09/2018</b>
DEUTSCHE BANK - Fiança bancária	5.702.327
<b>Total Alto do Bonito</b>	<b>5.702. 327</b>